

## **INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ESCOLA**

- Território Etnoeducacional (especificar se já foi pactuado ou implementado):
- Estado:
- Município:
- Aldeia/Comunidade Indígena:
- Etnia:
- Nome da Escola:
- CNPJ:
- Endereço e telefone da Escola:
- Nome do Diretor:
- Número total de alunos:
- Número total de professores:
- Número Total de servidores:
- Etapas educacionais oferecidas na unidade escolar:
- Nome e função do responsável pelo preenchimento deste questionário:
- Condições de realização da entrevista:

**QUESTIONÁRIOS:**  
**ASPECTO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

	SIM	NÃO
1. A escola fornece alimentação escolar diariamente?		
2. Os cardápios oferecem, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças, por semana, nas refeições ofertadas?		
3. A alimentação é preparada na escola? Em caso negativo, favor indicar a procedência das refeições no campo “observações”.		
4. O cardápio diário é definido pela escola?		
5. Há nutricionista na escola? Em caso positivo, informar nome e matrícula do profissional no campo “observações”.		
6. A escola possui cozinha?		
7. Em caso de resposta positiva à questão n. 06, a cozinha é suficientemente equipada (geladeira, fogão, forno, freezer, etc)?		
8. A escola possui refeitório?		
9. A escola possui local adequado para a estocagem de produtos alimentícios?		
10. A merenda oferecida é suficiente para atender adequadamente a todos os alunos da escola?		
11. São realizados testes de aceitabilidade da merenda escolar nos alunos pela entidade executora responsável pela alimentação escolar? (art. 25, § 5º, da Resolução FNDE n. 38/2009 e art. 4, III, da Resolução FNDE/CD n. 45/2003).		
12. O Conselho de Alimentação Escolar – CAE visita a escola periodicamente? Em caso positivo, especificar com qual frequência no campo “observações”.		
13. A escola possui representante indígena no CAE?		
14. A equipe que prepara a merenda é indígena?		
15. A comunidade indígena escolheu os profissionais que trabalham preparando a merenda?		
16. O pessoal responsável pela merenda é contratado/recebe salário?		
17. A contratação referida acima é precária (temporária)?		
18. O cardápio está de acordo com os hábitos alimentares da comunidade indígena atendida pela escola?		
19. Os alimentos distribuídos são adequados para combater/evitar a desnutrição?		
20. Há aproveitamento dos recursos locais - por meio da aquisição prioritária de gêneros alimentícios produzidos pela comunidade - na elaboração dos cardápios e confecção da merenda escolar?		

**OBSERVAÇÕES:**

## ASPECTOS ESTRUTURAIS

	SIM	NÃO
1. A escola é reconhecida e regularizada no sistema de ensino do Estado?		
2. O prédio escolar localiza-se dentro da terra indígena?		
3. Há recusa em regularização da escola por parte da Secretaria de Educação ou do Conselho de Educação do Estado em face da atual fase de demarcação da Terra Indígena?		
4. Existe um prédio escolar próprio, destinado apenas às atividades escolares da comunidade indígena?		
5. Houve consulta à comunidade sobre a localização e o projeto do prédio?		
6. O prédio escolar está de acordo com as características culturais da comunidade indígena atendida?		
7. A escola conta com energia elétrica?		
8. A escola conta com instalações destinadas ao saneamento básico?		
9. Há local próximo à escola específico para a prática de exercícios físicos (campo de futebol, por exemplo)?		
10. Existe área de convivência (pátio, área de lazer...)? Em caso negativo, indicar o espaço disponibilizado para tal fim no campo “observações”.		
11. A escola possui biblioteca?		
12. Há carência de equipamentos/materiais que comprometam as atividades escolares (ex: quadro, giz/pincel, etc.)? Em caso positivo, especificar no campo “observações”.		
13. Existem equipamentos de tecnologia educacional sendo oferecidos aos alunos (TV, vídeo, computadores, som, etc)? Especifique.		
14. Há acesso à internet para os alunos?		
15. Em caso positivo, os professores e funcionários dominam/recebem treinamento adequado para o acesso à Internet e uso da tecnologia educacional?		
16. Os alunos dominam/recebem treinamento adequado para o acesso à Internet e uso da tecnologia educacional?		
17. O mobiliário de sala de aula é suficiente e adequado às necessidades dos alunos? Em caso negativo, especificar a natureza das inadequações no campo “observações”.		
18. O número de banheiros atende satisfatoriamente à quantidade de alunos existentes na unidade escolar? Em caso negativo, apontar a deficiência existente no campo “observações”.		
19. A escola possui refeitório em condições adequadas ao atendimento das necessidades da unidade escolar?		

20. Há fornecimento de água potável na escola?		
21. Há linhas telefônicas que permitam a realização de ligações externas?		
22. Há ventiladores ou aparelhos de ar condicionado em funcionamento nas salas de aula?		
23. Há manutenção adequada da rede elétrica? Data da última manutenção: _____		
24. Há manutenção adequada da rede hidráulica? Data da última manutenção: _____		
25. Há manutenção adequada da rede de gás? Data da última manutenção: _____		
26. Há depósito de lixo nas proximidades da escola, que afete suas atividades?		
27. A escola recebe visita de agentes da vigilância sanitária? Data da última visita: _____		
28. Há extintores de incêndio em número suficiente e dentro do prazo de validade?		
29. Há saídas de emergência devidamente sinalizadas?		
30. Existe faixa de sinalização horizontal para pedestres adequadamente localizada e visível defronte à escola?		
31. Existe placa de sinalização vertical indicativa de travessia de pedestres e da presença de escola nas proximidades, estando esta legível e visível aos motoristas?		
32. O nível de poluição sonora na unidade compromete o aprendizado dos alunos?		
33. As dependências da escola e seus equipamentos estão com nível satisfatório de manutenção, conservação e limpeza? (pichações, vidros quebrados, goteiras, limpeza das dependências, tanque de água coberto e limpo, etc.) Em caso negativo, especificar no campo “observações”.		
34. A escola apresenta necessidade de reformas estruturais ou ampliação? Em caso positivo, especificar no campo “observações”.		
35. Há risco aparente de desabamento ou de incêndio? Em caso positivo, especificar no campo “observações”.		
36. Há salas de aulas em número suficiente para a quantidade de alunos? Especificar no campo “observações”.		
37. Há salas de aulas suficientes para o número de séries? Especificar no campo “observações”.		
38. O número de matrículas disponibilizada satisfaz a demanda existente na comunidade indígena?		
39. Há estudantes indígenas matriculados em escolas fora ou longe das suas respectivas comunidades? Especifique (Município, escolas, séries).		

40. Há necessidade de transporte escolar para acesso à escola?		
--	--	--

**OBSERVAÇÕES:**

**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB -  
CACs-FUNDEB**

	SIM	NÃO
1. O CACS-FUNDEB está estruturado de acordo com o artigo 24, da Lei n. 11.494/2007?		
2. Algum Conselheiro possui um dos impedimentos listados no artigo 24, § 5º, da Lei n. 11.494/2007, e o artigo 4º, da Portaria n. 430, de 10/12/2008, do FNDE? Em caso positivo, especificar no campo “observações.		
3. O Presidente do CACS-FUNDEB foi eleito, nos termos do disposto no artigo 24, § 6º, da Lei n. 11.494/2007?		
4. O Conselho e seus respectivos conselheiros encontram-se regularmente cadastrados no sistema CACS-FUNDEB, mantido pelo FNDE, na forma do artigo 8º, da Portaria do FNDE n. 430/2008?		
5. O Conselho se reúne periodicamente? Em caso positivo especificar o número de reuniões realizadas até o momento no ano presente, no campo “observações”.		
6. O CACS-FUNDEB vem atuando junto às escolas indígenas do Estado? Como?		
7. O CACS-FUNDEB vem incluindo as escolas indígenas em sua pauta?		
8. Os conselheiros visitam as escolas indígenas periodicamente para fiscalizar o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo, a adequação do serviço de transporte escolar e a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo (artigo 25, IV, da Lei n. 11.494/2007)? Em caso positivo, especificar a frequência no campo “observações” ou anexar o cronograma de visitas, se houver, a este questionário.		
9. Os Conselheiros têm conhecimento do montante de recursos recebidos pelo Município/Estado, pelos repasses do FUNDEB e do PNATE? Em caso positivo, especificar o meio de acesso no campo “observações”.		
10. O CACS-FUNDEB realiza reunião específica para apreciação da prestação de contas dos recursos do FUNDEB e do PNATE? Em caso positivo, favor anexar a Ata da última reunião a este questionário.		
11. Os Conselheiros fazem o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB, conforme determina o artigo 24, da Lei n. 11.494/2007?		
12. Os Conselheiros acompanham os gastos efetuados pelo Município/Estado com verbas do PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, na forma do artigo 24, § 13, da Lei n. 11.494/2007?		
13. O Conselho supervisiona o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, na forma do artigo 24, § 9º, da Lei n. 11.494/2007?		

14. O Município/Estado fornece local apropriado com condições adequadas para as reuniões do CACS-FUNDEB (artigo 14, da Portaria do FNDE n. 430/2008)?		
15. O Município/Estado fornece ao CACS-FUNDEB disponibilidade para a utilização de equipamento de informática (artigo 14, da Portaria do FNDE n. 430/2008)?		
16. O Município/Estado fornece transporte para o deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CACS-FUNDEB (artigo 14, da Portaria do FNDE n. 430/2008)?		
17. O Município/Estado fornece disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio do CACS-FUNDEB (artigo 14, da Portaria do FNDE n. 430/2008)?		
18. O Município/Estado fornece ao CAE sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes aos recursos do FUNDEB e do PNATE, tais como: editais de licitação, extratos bancários, folha de pagamento de profissionais da educação, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência (artigo 25, da Lei n. 11.494/2007)?		
19. Nos últimos 12 meses o CACS-FUNDEB representou aos Tribunais de Contas, Ministério Público ou outros órgãos de controle noticiando irregularidades? Em caso positivo, especificar para quais, bem como se alguma providência foi tomada pelo órgão representado; em caso negativo, especificar o motivo, ambos no campo “observações”.		

**OBSERVAÇÕES:**

## **CONSELHO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

	SIM	NÃO
1. O CAE está estruturado de acordo com o artigo 26 da Resolução n. 38/2009 do FNDE?		
2. O Presidente e o Vice-presidente do CAE foram eleitos, nos termos do disposto no art. 26, § 10, I, da Resolução n. 38/2009?		
3. Na composição do Conselho, o representante indicado pelo poder executivo é o seu ordenador de despesas (art. 26, § 5º da Resolução 38/2009 do FNDE)?		
4. O CAE conta em sua composição com pelo menos um membro representante dos povos indígenas do Estado (art. 18, § 6º da Resolução FNDE 38/ 2009)?		
5. O CAE vem atuando junto às escolas indígenas do Estado?		
6. O Conselho se reúne periodicamente? Em caso positivo, especificar o número de reuniões realizadas até o momento no ano presente, no campo “observações”.		
7. Os conselheiros visitam as escolas indígenas periodicamente para fiscalizar a qualidade da merenda escolar (art. 27, III, da Resolução n. 38/2009 do FNDE)? Em caso positivo, especificar a frequência no campo “observações” ou anexar o cronograma de visitas, se houver, a este questionário.		
8. Os conselheiros têm fiscalizado a adequação da merenda escolar aos hábitos alimentares das comunidades indígenas?		
9. Os Conselheiros têm conhecimento do montante de recursos recebidos pelo Município/Estado do FNDE, à conta do PNAE? Em caso positivo, especificar o meio de acesso no campo “observações”.		
10. O CAE realiza reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 dos conselheiros titulares (art. 27, § 2º, III da Resolução n. 38/2009 do FNDE)? Em caso positivo, favor anexar a Ata da última reunião a este questionário.		
11. O Município/Estado fornece local apropriado com condições adequadas para as reuniões do CAE (art. 28, I, “a” da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?		
12. O Município/Estado fornece ao CAE disponibilidade para a utilização de equipamento de informática (art. 28, I, “b” da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?		
13. O Município/Estado fornece transporte para o deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE (art. 28, I “c” da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?		
14. O Município/Estado fornece disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio do CAE (art. 28, I, “d” da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?		



<p>15. O Município/Estado fornece ao CAE sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência (art. 28, II da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?</p>		
<p>16. O Município/Estado notifica o recebimento de recursos do PNAE aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contados da data do crédito na conta corrente específica do programa, de acordo com o art. 2º da Lei n. 9.452, de 20 de março de 1997?</p>		
<p>17. A movimentação dos recursos da conta específica do Programa realiza-se, exclusivamente, por transferência eletrônica, nos termos da Res. MEC/FNDE 44/201, ficando identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor (art. 30, XVII da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?</p>		
<p>18. Nos últimos 12 meses o CAE representou aos Tribunais de Contas, Ministério Público ou outros órgãos de controle noticiando irregularidades? Em caso positivo, especificar para quais, bem como se alguma providência foi tomada pelo órgão representado; em caso negativo, especificar o motivo, ambos no campo “observações”.</p>		
<p>19. O Município/Estado publica a demanda de aquisições de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar por meio de chamada pública de compra, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgar em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (art. 21 da Resolução n. 38/2009 do FNDE)?</p>		
<p>20. O Município/Estado, na definição dos preços para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, está observando as regras dispostas no art. 23 da Resolução 38/2009 do FNDE?</p>		
<p>21. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no que se refere aos 30% (trinta por cento) previstos para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, as comunidades tradicionais indígenas têm sido priorizadas?</p>		
<p>22. A Entidade Executora (Município/Estado) vem aplicando o teste de aceitabilidade a que se refere o art. 25, § 5º da Resolução n. 38/2009?</p>		

**OBSERVAÇÕES:**

## **ASPECTOS DE INCLUSÃO**

	SIM	NÃO
1. Há pessoas com necessidades especiais na comunidade? Quantas?		
2. As pessoas da comunidade com necessidades especiais frequentam a escola? Em caso negativo, especifique o porquê.		
3. Existe acesso adequado para pessoas com necessidades especiais? (portas com largura adequada, rampas e piso tátil).		
4. Há banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais?		
5. A escola possui diagnóstico de identificação dos pontos críticos (barreiras arquitetônicas) das instalações físicas do complexo que constitui a escola?		
6. A escola participa de algum programa para implementação da acessibilidade arquitetônica em suas edificações?		
7. Há condições de acessibilidade nas comunicações e informações?		
8. A escola possui material didático adequado para alunos com necessidades especiais, de acordo com a necessidade destes?		
9. Há oferta de atendimento educacional especializado e educação bilíngue, quando houver matrícula de estudante com deficiência auditiva, usuário da LIBRAS?		
10. Há oferta de atendimento educacional especializado, quando houver matrícula de estudante com deficiência visual?		
11. Existe sala de recursos multifuncionais na escola?		
12. Em caso positivo, há profissional qualificado para operar a sala de recursos multifuncionais?		
13. Todos os alunos com necessidades especiais da escola são atendidos em sala de recursos multifuncionais?		
14. Há formação continuada de professores na educação especial e práticas educacionais inclusivas?		
15. A escola possui um plano de Apoio Escolar Especializado – AEE com o estudo de caso de cada estudante alvo da educação especializada?		
16. O Atendimento Educacional Especializado - AEE integra o Projeto Político Pedagógico da escola - PPP?		
17. A escola possui alunos com deficiência (auditiva, visual, física e mental) ou desordem/transtorno de aprendizagem (tais como autismo, dislexia, afasia, disortografia e discalculia) matriculados? Em caso positivo, favor especificar no campo “observações”, quantos alunos para cada tipo citado acima.		
18. A Escola aderiu a algum programa do MEC com o objetivo de implantar e/ou incrementar a educação inclusiva? Qual(is)? Em caso positivo, anotar no campo “ observações”.		

### **OBSERVAÇÕES:**

## **PROGRAMAS DE GOVERNO**

	SIM	NÃO
1. A escola foi incluída no Censo Escolar Indígena do ano X (condição para recebimento de recursos provenientes do FNDE)?		
2. Existe Unidade Executora Própria – UEx – (Associação de Apoio à Escola) vinculada à escola?		
3. A Escola possui mais de 50 (cinquenta) alunos?		
4. A UEx presta contas à Secretaria de Educação do Estado/Município dos recursos e bens recebidos?		
5. Existe cartaz informativo, afixado nas dependências da escola em local de fácil acesso e visibilidade, da relação dos membros que compõem a UEx, bem como demonstrativo sintético dos bens e materiais adquiridos e serviços prestados à Escola, com a indicação dos respectivos valores empregados com recursos do programa? Caso positivo, especificar o local no campo “observações”.		
6. Os documentos relativos à prestação de contas dos recursos e bens recebidos encontram-se à disposição para consulta na unidade escolar?		
7. A UEx recebe apoio técnico (contábil e/ou jurídico) e financeiro para a eficiente aplicação dos recursos, da Secretaria de Educação do Estado/Município?		
8. A UEx recebeu recursos do PDDE – Programa Dinheiro Direto da Escola no ano corrente?		
9. Os recursos do PDDE foram recebidos a tempo de serem gastos no ano em que foram disponibilizados? Em caso negativo, informar a data em que os recursos foram recebidos no campo “observações”.		
10. A UEx recebeu recursos do PDDE/Escola Acessível nos últimos dois anos?		
11. Em caso positivo, a UEx encaminhou ao FNDE seu Plano de Atendimento, nos termos exigidos pelo Programa?		
12. Em caso positivo, o Plano de Atendimento foi devidamente concluído? Em caso negativo, especificar as razões no campo “observações”.		
13. O Plano de Atendimento e os valores repassados estão à disposição da comunidade escolar? Em caso positivo, especificar de que forma no campo “observações”.		
14. A UEx foi beneficiada com recursos do Programa PDDE/FEFS (funcionamento da escola nos finais de semana) nos dois últimos anos?		
15. Em caso positivo, a UEx encaminhou ao FNDE seu Plano Consolidado de Atividades, nos termos exigidos pelo Programa?		
16. Em caso positivo, o Plano Consolidado de Atividades foi devidamente executado? Em caso negativo, especificar as razões no campo “observações”.		
17. O Plano Consolidado de Atividades e os valores repassados estão à disposição da comunidade escolar? Em caso positivo, especificar de que forma no campo “observações”.		
18. A UEx recebeu recursos do Programa PDDE/ Educação Integral nos últimos dois anos? Em caso positivo, especificar o número de alunos beneficiados pelo Programa por ano no campo “observações”.		
19. Em caso positivo, a UEx encaminhou à EEx seu Plano de Atendimento da Escola, nos termos exigidos pelo Programa?		

20. Em caso positivo, o Plano de Atendimento da Escola foi devidamente executado? Em caso negativo, especificar as razões no campo “observações”.		
21. O Plano de Atendimento da Escola e os valores repassados estão à disposição da comunidade escolar? Em caso positivo, especificar de que forma no campo “observações”.		
22. Em caso de participar do Programa acima, a escola faz o controle de frequência dos alunos por atividade?		
23. A UEx recebeu recursos do Programa PDDE/ PDE-ESCOLA nos últimos dois anos?		
24. Em caso positivo, a UEx encaminhou ao FNDE seu Plano de Ações Financiáveis – PAF, nos termos exigidos pelo Programa?		
25. Em caso positivo, o Plano de Ações Financiáveis – PAF foi devidamente executado? Em caso negativo, especificar as razões no campo “observações”.		
26. O Plano de Ações Financiáveis – PAF e os valores repassados estão à disposição da comunidade escolar? Em caso positivo, especificar de que forma no campo “observações”.		
27. A UEx recebeu recursos do governo estadual no ano corrente? Em caso positivo, quanto e para que fins? Especificar no campo “observações”.		
28. A UEx recebeu recursos do governo municipal no ano corrente? Em caso positivo, quanto e para que fins? Especificar no campo “observações”.		
29. A escola recebeu livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) nos últimos dois anos?		
30. O acervo da biblioteca da escola corresponde a, no mínimo, um livro por aluno?		
31. Algum profissional da escola participa ou participou do Programa do FNDE Formação pela Escola? (capacitação para gestão e controle social dos recursos públicos destinados à educação).		
32. A escola recebeu livros didáticos do PNLD, nos últimos dois anos? (Programa Nacional do Livro Didático).		
33. Em caso positivo, os livros chegaram em quantidade suficiente?		
34. Em caso negativo, foi adotada alguma providência que tenha solucionado o problema em tempo oportuno?		
35. Os livros chegaram no tempo adequado?		
36. Em caso negativo foi adotada alguma providência que tenha solucionado o problema em tempo oportuno?		
37. A escola recebeu apoio técnico e/ou pedagógico da Secretaria Municipal/Estadual de Educação para a produção de material didático diferenciado e bilíngue?		
38. A escola recebeu apoio técnico e/ou pedagógico da Secretaria Municipal/Estadual de Educação para a escolha dos livros didáticos não indígenas a serem utilizados?		
39. Os professores indígenas participaram da escolha e aprovação dos livros não indígenas que podem ser adequados para utilização na escola indígena?		
40. A escola aderiu ao Programa Mais Educação?		

41. Em caso positivo, qual é o tempo dispendido na escola com atividades educativas nos termos do Programa Mais Educação (ampliação da jornada dos estudantes na escola e trabalho com agentes culturais das próprias comunidades – incorporação de pessoas mais velhas, pajés, etc)		
42. A escola foi beneficiada com recursos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)?		
43. A escola recebeu recursos do Programa Brasil Profissionalizado (seja nos níveis de ensino médio regular, concomitante, pós-médio ou EJA)?		
44. A comunidade escolar participa ou participou da elaboração do PAR (Plano de Ações Articuladas do Município ou do Estado e/ou Comissão Gestora do Território Etnoeducacional que contempla esta escola. Cf. Resolução CNE/CEB nº 05/2012, art. 25, IV e Decreto nº 6861/2009)?		
45. Há profissionais de educação na escola recebendo valores inferiores ao piso nacional determinado pelo artigo 206, VIII, da Constituição da República?		

**OBSERVAÇÕES:**

## **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ESTADO**

	SIM	NÃO
1. A categoria “escola indígena” consta oficialmente no sistema de ensino do Estado?		
2. Em caso negativo, as providências para criação da categoria “escola indígena” no sistema de ensino já foram tomadas e encaminhadas para aprovação pelo Conselho Estadual de Educação?		
3. Na Secretaria existe estrutura organizacional específica para a modalidade educação escolar indígena (Resolução CNE/CEB nº 05/2012, art. 14, §6º)?		
4. No PAR 2013 existe(m) rubrica(s) específica(s) para tratar de educação escolar indígena? Especifique as ações.		
5. Em caso positivo, os indígenas participaram da elaboração do “PAR Indígena”?		
6. Foram utilizados os recursos do PAR 2012 para a educação escolar indígena? Especifique.		
7. Na gestão 2012 a Secretaria utilizou todos os recursos destinados pela União (inclusive os previstos para a educação em geral) para a educação escolar indígena? Especifique os valores por ação.		
8. Está utilizando nesta gestão ou há previsão de utilização? Especifique os valores por ação.		
9. Existe Plano Estadual de Educação?		
10. Em caso positivo, existe previsão específica para a modalidade de ensino “educação indígena”?		
11. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena constam no referido Plano (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
12. Existem outros documentos normativos no Estado que tratem da educação escolar indígena? Especifique.		
13. O apoio técnico e financeiro prestado pelo MEC para a implementação da educação escolar indígena tem sido satisfatório?		
14. No Estado existe plano de carreira para os professores indígenas que participam do sistema de ensino?		
15. A Secretaria realiza ou apoia – técnica e financeiramente – ações de formação inicial de professores indígenas?		
16. E quanto às ações de formação continuada de professores indígenas?		
17. A Secretaria prevê em suas ações o financiamento de produção de material didático para a EEI?		
18. Existem convênios de Cooperação Técnica entre Estado e Municípios para a oferta de educação escolar indígena? Especifique.		
19. Caso exista regime de colaboração entre o Estado e o Município, preenche o Município os três requisitos previstos na Resolução CNE/CEB 3/1999, art. 1º, para atuar em regime de colaboração com o Estado na oferta e execução da EEI (constituir-se em sistema de educação próprio, dispor de condições técnicas e financeiras adequadas e ouvir a comunidade interessada quanto a essa responsabilidade repassada para o Município)?		
20. Existe Plano Municipal de Educação? Em caso positivo, contempla a EEI?		

**OBSERVAÇÕES:**

## **ASPECTOS PEDAGÓGICOS**

	SIM	NÃO
1. É oferecida educação bilíngue e intercultural na escola?		
2. Todos os professores são indígenas? Em caso negativo, especifique quantitativo de professores indígenas e não-indígenas.		
3. Considerando que os professores são indígenas, são esses professores da mesma etnia que a da comunidade escolar?		
4. Os professores indígenas são concursados (concurso diferenciado)?		
5. A carreira de professor indígena é reconhecida oficialmente no sistema de ensino (Estado e/ou Município), havendo plano de carreira definido?		
6. Há carência de professores? Caso positivo, especificar quantidade p/série e/ou matéria. Especificar no campo “Observações”.		
7. Há controle efetivo de frequência dos professores? Em caso positivo, como é feito o controle?		
8. Todos os professores têm formação específica para o magistério (nível médio ou superior)? Especifique a quantidade de professores com nível médio e com nível superior.		
9. Os professores participam de cursos/programas de qualificação inicial e continuada? Em caso positivo, especificar.		
10. Existem programas de formação sendo oferecidos pela Secretaria de Educação? Especifique nível médio ou superior e em qual instituição.		
11. Os indígenas têm participado de oficinas para produção de material didático apoiadas pela Secretaria de Educação? Especifique.		
12. A falta de frequência do aluno é comunicada à família? Especificar a forma pela qual tal comunicação é realizada no campo “Observações”.		
13. A falta de frequência aluno é comunicada ao Conselho Tutelar? Em caso positivo, como é feita essa comunicação e com que regularidade?		
14. Há iniciativas para aproximar o Conselho Tutelar no que tange ao conhecimento que detém sobre as comunidades indígenas locais?		
15. Existe representante dos povos indígenas com interlocução com o Conselho Tutelar?		
16. Existe grupo de visitantes para apurar a razão da infrequência do aluno?		
17. A direção da escola é feita com a participação da comunidade indígena? Em caso negativo informar no campo “Observações”		
18. O(a) Diretor(a) é indígena?		
19. Os alunos, pais e comunidade indígena participam das decisões da escola? Como?		
20. As famílias participam da vida escolar dos alunos? Especificar as formas de participação.		
21. O número médio de alunos por classe atende ao disposto na Resolução nº 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 09/2009 (até 25 alunos por sala nos anos iniciais do Ensino Fundamental; até 30 alunos por sala nos anos finais do Ensino Fundamental; até 35 alunos por sala no Ensino Médio, com proporção nunca inferior a um professor para 22 estudantes nas redes de Ensino Fundamental e Médio) ?		
22. A Direção, os professores e a comunidade educativa participaram da		

elaboração das ações para a educação indígena previstas no Plano de Ação Articulado (PAR) 2013?		
23. A escola está contemplada dentre as ações para a educação indígena previstas no Plano de Ação Articulado (PAR) 2013?		
24. Caso não tenham participado na elaboração do PAR, a Direção e os professores da escola têm conhecimento do conteúdo das ações para a educação indígena constantes no Plano de Ação Articulado (PAR) 2013?		
25. A escola possui Projeto Político-Pedagógico?		
26. Em caso positivo, pode-se afirmar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (especificidades, bilinguismo, relacionamento com modo de viver indígena, etc) são contempladas no Projeto Político-Pedagógico?		
27. O Projeto Político-Pedagógico foi elaborado com a participação dos professores indígenas, articulados com a comunidade educativa (Resolução CNE/CEB nº 05/2012, art. 14, §5º)?		
28. Em caso negativo, os professores indígenas têm conhecimento do conteúdo do Projeto Político-Pedagógico da escola?		
29. Existe assessoria/supervisão pedagógica sendo prestada pela Secretaria de Educação do Estado no sentido de oferecer suporte para a execução do Projeto-Político Pedagógico? E do Município? Em caso positivo, esse apoio tem sido suficiente? Especifique. (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)		
30. A escola possui regimento interno?		
31. Houve participação dos gestores e professores indígenas e da comunidade educativa na elaboração do Regimento?		
32. Há tipificação no regimento interno de infrações disciplinares dos alunos e as respectivas sanções?		
33. A escola é exclusiva para indígenas (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
34. Existe adequação de métodos pedagógicos à cultura e modo de viver da comunidade (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
35. É utilizado um currículo diferenciado, adaptado aos contextos socioculturais das comunidades indígenas? Em caso positivo, os professores indígenas participaram da elaboração do currículo diferenciado intercultural (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
36. Professores indígenas participam da elaboração das formas de avaliação (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
37. A gestão e o calendário escolar seguem as práticas culturais da comunidade (Resolução CNE/CEB nº 05/2012)?		
38. Universidades ou outros órgãos (ONGs, por exemplo) prestam assessoria à escola? Quais? Especifique.		
39. Existem relatos de discriminação étnica na escola (corpo docente ou técnico não-indígena) em relação ao corpo discente?		
40. É oferecida a oportunidade de recuperação aos alunos, conforme previsto na LDB?		
41. É oferecida a oportunidade de educação para jovens e adultos indígenas (Resolução FNDE nº 48/2012)?		
41. Há apuração de dados sobre evasão/repetência na escola?		



Especifique.		
42. Existe certificação de conclusão de estudos expedida por órgão oficial de ensino? Em caso negativo, especifique.		

**OBSERVAÇÕES:**

## **TRANSPORTE ESCOLAR**

	SIM	NÃO
1. Existe estrada para acesso à escola?		
2. As estradas, caso existam, estão em boas condições para acesso à escola?		
3. Há necessidade de veículo escolar para acesso dos alunos à escola indígena (mesmo que dentro da terra indígena)?		
4. A unidade escolar localiza-se em área urbana?		
5. Caso seja necessário o uso de transporte escolar, o Município/ Estado oferece (o serviço) transporte escolar em veículos próprios?		
6. Em caso positivo, tais veículos são suficientes ao atendimento da demanda da unidade escolar?		
7. Os veículos estão em boas condições de uso? Em caso negativo, especificar no campo “observações”.		
8. Havendo veículos próprios, eles possuem cintos de segurança em todos os assentos e a inscrição da palavra “ESCOLAR” na carroceria? Em caso negativo, especificar essas e outras inadequações dos veículos (ver artigos 136 a 138 do Código de Trânsito brasileiro) no campo “observações”.		
9. Os veículos em questão são utilizados para outras finalidades diversas do transporte de alunos da educação básica? (ex: transporte de alunos do ensino superior ou de funcionários)? Em caso positivo, especificar no campo “observações”.		
10. Os veículos apresentam condições de acessibilidade para os alunos com deficiência?		
11. Na hipótese de ausência ou insuficiência de veículos do Município/ Estado, os alunos utilizam o serviço de transporte público coletivo mediante passe estudantil que lhes garanta a gratuidade do serviço? Especificar no campo “observações” quais as empresas que realizam tal transporte de alunos.		
12. Os alunos apresentam dificuldade de acesso à escola por conta de falha na prestação do serviço de transporte público (ex: escassez de veículos, linhas de pouca abrangência territorial, etc.)? Em caso positivo, especificar no campo “observações”. Caso o signatário não tenha conhecimento, apurar junto aos alunos.		
13. Existem restrições impostas pelas concessionárias quanto ao acesso dos alunos beneficiados pela gratuidade aos veículos ou coletivos (ex: limitação quanto ao número de alunos beneficiados pelo passe estudantil por veículo, liberação do acesso dos alunos apenas aos ônibus sem ar condicionado, etc.)? Caso o signatário não tenha conhecimento, apurar junto aos alunos da unidade escolar e especificar as restrições no campo “observações”.		

### **OBSERVAÇÕES:**